



PROCESSOS TCE/AC 132.177

ENTIDADE: Companhia de Saneamento do Estado do Acre - SANACRE

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Companhia de Saneamento do Estado do Acre - SANACRE, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2018.

RESPONSÁVEL: **Adauto Ferreira de Albuquerque**

RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

CONTADOR: **Manoel Wanes Machado Peres – CRC AC-00085/0**

## ACÓRDÃO Nº 11.912/2020

### PLENÁRIO

**EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. Companhia de Saneamento do Estado do Acre - SANACRE. EXERCÍCIO DE 2018. REGULAR COM RESSALVAS. ARQUIVAMENTO.**

**Vistos, relatados e discutidos** os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, na 1.405ª Sessão Plenária Ordinária Virtual, **por maioria**, nos termos do **voto** do Conselheiro-Relator: **1)** Nos termos do inciso II, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, pela emissão de **Acórdão** considerando **REGULAR COM RESSALVAS** a Prestação de Contas da Companhia de Saneamento do Estado do Acre - SANACRE, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2018, de responsabilidade do Senhor **Adauto Ferreira de Albuquerque** – Responsável à época dos fatos, em face das seguintes falhas formais: **1.1** Registro sucessivo de valores pendentes de recuperação junto a terceiros (contas a receber de usuários), no montante de R\$ 2.866.716,13 cujo saldo vem sendo transportado de outros exercícios, sob risco de superavaliação de ativos da Companhia, descumprindo a determinação estabelecida no item “h” do Acórdão TCE/AC nº 10.682/2018 – Plenário; **1.2** Realização de despesa sem prévio empenho e ausência de registro pelo regime de competência, relativo aos serviços técnicos terceirizados de



# Tribunal de Contas do Estado do Acre

Gabinete do Cons. Ronald Polanco Ribeiro



TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO ACRE

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

contabilidade, infringindo o art. 50, inciso II, da lei complementar federal nº 101/00 e art. 60 da lei federal nº 4.320/64. **2. Recomendar ao atual Gestor:** **2.1** Para que nas próximas edições da espécie corrija as falhas formais apontadas; **2.2** Que seja efetuada uma análise dos créditos, para identificar o que está prescrito, bem como, os valores que são passíveis de cobrança judicial. **3. Notificar** os responsáveis do resultado do presente julgamento. **Vencido** o Conselheiro **Antônio Jorge Malheiro** ao votar pela irregularidade das contas e pela aplicação de multa no valor de R\$ 7.140,00 (sete mil cento e quarenta reais). Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco - Acre, 18 de junho de 2020.

Cons. **Antônio Cristóvão Correia de  
Messias**  
Presidente

Cons. **Ronald Polanco Ribeiro**  
Relator

Cons. **José Augusto Araújo de Faria**<sup>1</sup>

Cons. **Valmir Gomes Ribeiro**

Cons. **Antônio Jorge Malheiro**

Cons<sup>a</sup>. **Dulcinéia Benício de Araújo**

Cons<sup>a</sup>. **Naluh Maria Lima Gouveia**

Fui presente:

**Dr. João Izidro de Melo Neto**  
Procurador-chefe MPC

<sup>1</sup> "AUSÊNCIA DA ASSINATURA DO CONSELHEIRO JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA EM RAZÃO DE SEU FALECIMENTO, EM 12/07/2020, OCORRIDO ANTES DA LAVRATURA DO PRESENTE ACÓRDÃO".<sup>1</sup>



**Tribunal de Contas do Estado do Acre**  
**Gabinete do Cons. Ronald Polanco Ribeiro**



*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

132.177

PROCESSOS TCE/AC

ENTIDADE: Companhia de Saneamento do Estado do Acre - SANACRE

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Companhia de Saneamento do Estado do Acre - SANACRE, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2018.

RESPONSÁVEL: **Adauto Ferreira de Albuquerque**

RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

CONTADOR: **Manoel Wanes Machado Peres – CRC AC-00085/0**

## RELATÓRIO

1. Trata-se da Prestação de Contas da Fundação da Companhia de Saneamento do Estado do Acre – SANACRE, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2018, de responsabilidade do Senhor **Adauto Ferreira de Albuquerque**, Diretor Presidente à época.
2. O Corpo técnico do TCE/AC emitiu relatório técnico preliminar às fls. 134/144.
3. Citação às fls. 149 (Adauto Ferreira de Albuquerque – Diretor presidente), e certidão de publicação às fls. 150.
4. O ex-gestor embora devidamente citado quedou-se inerte conforme certidão de fls. 152.
5. Parecer do Ministério Público Especial junto a esta Corte as fls. 156/158.
6. É o sucinto relatório.

Rio Branco - Acre, 18 de junho de 2020.

**Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro**  
**Relator**



# Tribunal de Contas do Estado do Acre

## Gabinete do Cons. Ronald Polanco Ribeiro



**TRIBUNAL DE CONTAS**  
DO ESTADO DO ACRE

---

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*



# Tribunal de Contas do Estado do Acre

Gabinete do Cons. Ronald Polanco Ribeiro



TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO ACRE

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSOS TCE/AC 132.177

ENTIDADE: Companhia de Saneamento do Estado do Acre - SANACRE

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Companhia de Saneamento do Estado do Acre - SANACRE, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2018.

RESPONSÁVEL: **Adauto Ferreira de Albuquerque**

RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

CONTADOR: **Manoel Wanes Machado Peres – CRC AC-00085/0**

## VOTO

### O EXMO. SENHOR CONSELHEIRO RONALD POLANCO RIBEIRO (Relator):

1. Trata-se da Prestação de Contas da Companhia de Saneamento do Estado do Acre - SANACRE, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2018, de responsabilidade do Senhor **Adauto Ferreira de Albuquerque**, Diretor Presidente à época dos fatos.
2. Da análise dos autos constata-se que a área técnica em relatório de fls. 134/144 e o Ministério Público Especial junto a esta Corte apuraram as seguintes irregularidades:
  - 2.1. Registro sucessivo de valores pendentes de recuperação junto a terceiros (contas a receber de usuários), no montante de R\$ 2.866.716,13 cujo saldo vem sendo transportado de outros exercícios, sob risco de superavaliação de ativos da Companhia, descumprindo a determinação estabelecida no item “h” do Acórdão TCE/AC nº 10.682/2018 – Plenário.
  - 2.2. Realização de despesa sem prévio empenho e ausência de registro pelo regime de competência, relativo aos serviços técnicos terceirizados de contabilidade, infringindo o art. 50, inciso II, da lei complementar federal nº 101/00 e art. 60 da lei federal nº 4.320/64.
3. Ao final a área técnica sugeriu a desaprovação das contas com aplicação de multa sanção cujo parecer ministerial também foi no mesmo sentido.
4. Folheando os autos denota-se que **das impropriedades** detectadas ao final da instrução decorrem de erros procedimentais e formais de cunho administrativo e contábil



# Tribunal de Contas do Estado do Acre

Gabinete do Cons. Ronald Polanco Ribeiro



TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO ACRE

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

dos quais não resultaram danos ao erário apresentando-se, portanto, como passíveis de correções nas próximas edições da matéria, porque sanáveis, conforme precedentes de época deste TCE/AC.

5. No tocante a '*continuidade do registro sucessivo de valores pendentes de recuperação junto a terceiros (contas a receber de usuários)*' (subitem 2.1.1 deste subitem) não vejo como simplesmente deixar de contabilizar '*contas a receber de usuários*', sem que seja feito uma análise dos créditos, para identificar o que está prescrito, bem como, os valores que são passíveis de cobrança judicial. Por outro lado, a área técnica não comprovou nos autos quais foram os eventuais prejuízos advindos no erro formal praticado. Portanto, ausente esse elemento, opino pela ressalva do subitem.

6. E quanto a ausência de prévio empenho (subitem 2.1.2), do mesmo modo como ressalvado no item anterior, a área técnica não comprovou nos autos quais foram os eventuais prejuízos advindos no erro formal praticado. Portanto, também ausente esse elemento opino pela ressalva do subitem.

7. Ante o exposto, consubstanciado nas informações acima, nos relatórios da área técnica e ainda no parecer do Ministério Público atuante nesta Corte de Contas, **VOTO:**

7.1. Nos termos do inciso II, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, pela emissão de **Acórdão** considerando **REGULAR COM RESSALVAS** a Prestação de Contas da Companhia de Saneamento do Estado do Acre - SANACRE, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2018, de responsabilidade do Senhor **Adauto Ferreira de Albuquerque** – Responsável à época dos fatos, em face das seguintes falhas formais:

7.1.1. Registro sucessivo de valores pendentes de recuperação junto a terceiros (contas a receber de usuários), no montante de R\$ 2.866.716,13 cujo saldo vem sendo transportado de outros exercícios, sob risco de superavaliação de ativos da Companhia, descumprindo a determinação estabelecida no item "h" do Acórdão TCE/AC nº 10.682/2018 – Plenário.



# Tribunal de Contas do Estado do Acre

## Gabinete do Cons. Ronald Polanco Ribeiro



*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

7.1.2. Realização de despesa sem prévio empenho e ausência de registro pelo regime de competência, relativo aos serviços técnicos terceirizados de contabilidade, infringindo o art. 50, inciso II, da lei complementar federal nº 101/00 e art. 60 da lei federal nº 4.320/64.

### 7.2. **Recomendar ao atual Gestor:**

7.2.1. Para que nas próximas edições da espécie corrija as falhas formais apontadas.

7.2.2. Que seja efetuada uma análise dos créditos, para identificar o que está prescrito, bem como, os valores que são passíveis de cobrança judicial.

7.3. **Notificar** os responsáveis do resultado do presente julgamento.

7.4. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

**É como Voto.**

Rio Branco - Acre, 18 de junho de 2020.

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**  
Relator